ISSN: 2358-8829

DO COTIDIANO ESCOLAR AO PLANEJAMENTO INCLUSIVO: A CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS PEDAGÓGICOS PARA ESTUDANTES COM TEA À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Iara Maria da Silva Vieira [1]
Wender Paulo de Almeida Torres [2]
Samara Cavalcanti da Silva [3]

INTRODUÇÃO

A escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer práticas pedagógicas que considerem suas potencialidades, formas de comunicação, preferências e possíveis barreiras à participação e à aprendizagem. Nesse contexto, a documentação pedagógica pode contribuir para identificar barreiras, reconhecer potencialidades e orientar a definição de estratégias de acessibilidade curricular (PLETSCH et al., 2026). O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), por sua vez, orienta a organização de práticas flexíveis, ampliando as possibilidades de acesso ao conhecimento, participação e expressão dos estudantes (BÖCK; GESSER; NUERNBERG, 2020).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece, em seus artigos 27 e 28, o compromisso com um sistema educacional inclusivo e com condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Entretanto, a existência de dispositivos legais não elimina, por si só, os desafios presentes no cotidiano escolar. No caso dos estudantes com TEA, é necessário reconhecer e enfrentar barreiras organizacionais e metodológicas, sem permitir que o diagnóstico determine antecipadamente suas possibilidades de aprendizagem.

[1]Mestranda pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: iara.vieira.profei@alunos.uneal.edu.br.

[2]Mestrando pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: wender.torres.profei.t5@alunos.uneal.edu.br.

[3]Professora orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); professora adjunta da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: samaramelo@uneal.edu.br.

ISSN: 2358-8829

O DUA constitui uma perspectiva de planejamento que reconhece a variabilidade dos estudantes e propõe múltiplos meios de engajamento, representação e ação e expressão. As diretrizes do CAST (2024) orientam a construção de experiências acessíveis desde o planejamento, sem desconsiderar a necessidade de apoios individualizados quando pertinentes. Batista, Santos e Vasconcelos (2026) discutem contribuições do DUA para a flexibilização curricular, a diversificação metodológica e o planejamento colaborativo, mas também apontam desafios relacionados à formação docente e à produção de evidências empíricas. Fontenele et al. (2026) discutem fundamentos e possibilidades pedagógicas do DUA para estudantes autistas, incluindo o uso de recursos digitais, sem restringir a inclusão à adoção de uma ferramenta específica.

Nesse contexto, este trabalho apresenta a elaboração de itinerários pedagógicos individualizados, destinados aos professores da sala comum, como instrumentos de apoio ao planejamento docente e à organização de estratégias pedagógicas mais acessíveis para estudantes com TEA, fortalecendo a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula. O estudo tem como objetivo apresentar esses itinerários, fundamentados nos princípios do DUA, como recursos que sistematizam informações sobre os estudantes e orientam a organização de práticas pedagógicas que considerem suas potencialidades, necessidades e diferentes formas de participação e aprendizagem.

METODOLOGIA

O estudo constitui-se como uma investigação de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa-ação, por articular a investigação das demandas educacionais identificadas no cotidiano escolar à proposição de uma intervenção pedagógica. Nesse processo, a elaboração de itinerários pedagógicos individualizados constituiu uma estratégia de intervenção, com o propósito de apresentar aos professores caminhos e possibilidades para o planejamento de práticas pedagógicas mais acessíveis, considerando as características, potencialidades e necessidades dos estudantes (GONÇALVES; COMPIANI, 2023).

A experiência foi desenvolvida em uma escola que atende aos anos finais do Ensino Fundamental, envolvendo estudantes com TEA, com idades entre 11 e 14 anos, e professores regentes de diferentes áreas do conhecimento. Como procedimento de produção de dados, utilizou-se a observação participante, realizada no cotidiano escolar, especialmente durante as aulas e os momentos de planejamento pedagógico. Foram observadas as práticas dos professores, as estratégias de ensino utilizadas, as interações estabelecidas e as formas de

participação dos estudantes, buscando identificar possíveis barreiras e oportunidades de contribuição para o processo de inclusão (FONTANA; ROSA, 2023).

A partir das observações e das demandas identificadas no cotidiano escolar, foram sistematizadas informações individuais sobre cada estudante, considerando aspectos como identificação, condição de deficiência, preferências, habilidades, dificuldades, formas de comunicação, organização da rotina e maneiras pelas quais aprende melhor. Com base nessas informações, foram elaborados itinerários pedagógicos individualizados, seguindo uma estrutura comum, mas preenchidos com dados e características específicas de cada estudante. Os documentos foram destinados aos respectivos professores regentes, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre os alunos e oferecer subsídios para o planejamento de estratégias pedagógicas mais acessíveis, considerando suas potencialidades e necessidades educacionais.

A elaboração dos itinerários tomou como referência os princípios do DUA, especialmente no que se refere à diversificação das formas de apresentação dos conteúdos, às possibilidades de participação e aos diferentes meios de ação e expressão. Dessa forma, buscou-se organizar informações e sugestões que auxiliassem os professores a reconhecer as potencialidades e necessidades dos estudantes, considerando a diversidade presente nos processos de aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão precisa ser pensada para além da garantia de acesso. É necessário observar o que acontece no cotidiano escolar, quais atividades são propostas aos estudantes, como eles se comunicam e quais recursos são oferecidos para que possam participar e demonstrar o que aprenderam. A Lei nº 13.146/2015 reforça essa compreensão ao relacionar a participação e a aprendizagem às condições de acessibilidade e à eliminação de barreiras (BRASIL, 2015). Assim, não basta garantir a presença do estudante na sala de aula, é necessário oferecer condições para que participe das atividades propostas e tenha acesso ao currículo por meio de práticas pedagógicas que considerem a diversidade.

Batista, Santos e Vasconcelos (2026), ao discutirem a relação entre DUA, autismo e inclusão escolar, destacam a importância de um planejamento flexível e apontam desafios que ainda precisam ser enfrentados, especialmente em relação à formação dos professores e à construção de práticas inclusivas. Essa discussão reforça que não existem estratégias prontas que atendam a todos, é fundamental conhecer cada realidade, observar as necessidades e buscar alternativas que favoreçam a participação e a aprendizagem conforme a singularidade de cada aprendiz.

Nessa mesma direção, Santos, Santos e Santos (2021) abordam a organização curricular para estudantes com TEA, destacando a importância de considerar a acessibilidade, os interesses, as formas de comunicação e as necessidades de cada estudante. Essa contribuição ajuda a compreender que o planejamento pedagógico precisa considerar as particularidades dos alunos, oferecendo caminhos que favoreçam seu envolvimento nas atividades escolares, além de colaborar com o trabalho de planejamento do professor.

Princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem

O DUA orienta a criação de contextos nos quais os objetivos de ensino podem ser alcançados por diferentes caminhos. As diretrizes do CAST (2024) apresentam três princípios articulados: múltiplos meios de engajamento, relacionados aos interesses, às escolhas e à participação dos estudantes; múltiplos meios de representação, que envolvem diferentes formas de apresentar os conhecimentos; e múltiplos meios de ação e expressão, que ampliam as maneiras pelas quais os estudantes interagem com os materiais e demonstram o que aprenderam. Trata-se de uma perspectiva de planejamento, e não de uma metodologia única ou de uma coleção fixa de exercícios.

Fontenele et al. (2026) discutem as tecnologias digitais como possibilidades pedagógicas associadas ao DUA. Essa contribuição mostra que materiais e ferramentas podem ampliar o acesso, a comunicação e o envolvimento dos estudantes. Entretanto, a inclusão não depende necessariamente de dispositivos eletrônicos: a escolha de cada recurso deve estar relacionada às barreiras identificadas e aos objetivos de aprendizagem.

Varella e Victorio (2026), em estudo sobre o desenvolvimento de material didático para crianças com TEA, apresentam um recurso impresso elaborado segundo princípios do DUA, com organização visual e alternativas de resposta. As autoras delimitam a investigação à produção do material, sem aplicação prática em sala de aula naquela etapa. Essa distinção é importante para o presente trabalho: elaborar um recurso potencialmente acessível não equivale a comprovar seus efeitos na aprendizagem. Tanto materiais quanto itinerários precisam ser analisados nas situações concretas em que são utilizados.

Itinerários pedagógicos, personalização e trabalho colaborativo

O itinerário individualizado pode ser compreendido, no âmbito desta experiência, como uma sistematização de informações relevantes para o planejamento pedagógico. Sua pertinência não está em classificar o estudante apenas pelas dificuldades, mas em relacionar potencialidades, formas de comunicação, organização da rotina e necessidades de apoio às decisões sobre atividades e interações. Essas informações podem favorecer a continuidade do

trabalho entre os profissionais, desde que sejam interpretadas considerando o contexto e as necessidades de cada estudante.

No estudo sobre currículo para estudantes com TEA, Santos, Santos e Santos (2021) destacam a importância de reconhecer diferentes formas de aprender e diversificar os percursos pedagógicos, sem reduzir as expectativas educacionais. Esse entendimento permite distinguir personalização de segregação: planejar apoios específicos não significa retirar o estudante das experiências coletivas ou propor, necessariamente, um currículo paralelo. O desafio é preservar seu pertencimento à turma, oferecendo condições para acessar, compreender, realizar e comunicar as atividades propostas.

A literatura sobre DUA ressalta a dimensão colaborativa do planejamento e as dificuldades que surgem quando sua implementação depende apenas de iniciativas individuais dos professores. Batista, Santos e Vasconcelos (2026) identificam a colaboração como tema relevante nas pesquisas analisadas, ao lado da formação docente e da necessidade de estudos empíricos mais robustos. Nesse sentido, a entrega de informações individualizadas ao professor regente pode favorecer a interlocução, mas, por si só, não assegura planejamento coletivo contínuo. São necessárias condições de trabalho, diálogo e acompanhamento das práticas desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da experiência indicam que a observação participante possibilitou identificar as necessidades, potencialidades, preferências e formas de aprendizagem dos estudantes com TEA, subsidiando a elaboração de itinerários pedagógicos individualizados. Os materiais foram entregues aos professores regentes como instrumentos de apoio ao planejamento e à organização de estratégias pedagógicas acessíveis. A experiência também evidenciou a importância da sistematização e do compartilhamento de informações entre o AEE e a sala comum, favorecendo a articulação entre os profissionais e a reflexão sobre práticas inclusivas.

Organização do itinerário e valorização das potencialidades

O produto da experiência foi um itinerário pedagógico individualizado, elaborado a partir de uma estrutura comum e preenchido com informações específicas de cada estudante. Sua composição contemplou identificação, condição de deficiência, potencialidades, dificuldades, formas de comunicação, preferências, rotina e necessidades específicas de aprendizagem. A organização dessas informações constitui um resultado concreto da ação

desenvolvida. Ao reunir potencialidades e necessidades de apoio, o documento pode favorecer uma compreensão mais ampla do estudante e oferecer subsídios para que o professor articule objetivos de ensino, recursos e formas de participação, sem transformar o diagnóstico em critério único de decisão.

É importante observar que o itinerário não foi concebido como instrumento de avaliação clínica nem como substituto das atividades da turma. Sua função, nesta experiência, foi apoiar o planejamento pedagógico. Essa perspectiva dialoga com Santos, Santos e Santos (2021), que destacam a importância de considerar interesses, acessibilidade e personalização nas propostas curriculares destinadas a estudantes com TEA.

Entre o planejamento individualizado e a proposta universal

Um aspecto central da experiência é a aproximação entre o planejamento da turma e as informações organizadas no itinerário. O documento não representa, por si só, a aplicação integral do DUA, mas pode auxiliar o professor a reconhecer a diversidade presente na sala e a planejar diferentes possibilidades de acesso ao conteúdo. Enquanto o DUA propõe prever alternativas desde o planejamento, o registro individual pode indicar apoios adicionais necessários a determinados estudantes. Essa articulação evita que os alunos com TEA sejam destinados a atividades desconectadas do trabalho coletivo.

Varella e Victorio (2026) apresentam um material didático elaborado com base no DUA, enquanto a experiência aqui analisada resultou em um instrumento de orientação ao planejamento docente. Embora ambos se relacionem à acessibilidade pedagógica, possuem funções distintas: o material organiza atividades e possibilidades de resposta; o itinerário sistematiza informações sobre os estudantes para subsidiar as decisões dos professores. Por isso, seus resultados não devem ser confundidos.

A articulação entre equipe pedagógica e profissionais de apoio

A articulação entre professores regentes, equipe pedagógica e profissionais de apoio constitui um aspecto importante da inclusão, pois permite compartilhar informações e construir estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes. Nesse processo, o professor regente mantém sua responsabilidade pelo ensino, enquanto a colaboração entre os profissionais contribui para identificar barreiras e pensar possibilidades de intervenção pedagógica.

O DUA reforça a importância do planejamento inclusivo e da responsabilidade coletiva na redução das barreiras à aprendizagem (FONTENELE et al., 2026; BATISTA; SANTOS; VASCONCELOS, 2026). O itinerário pedagógico pode contribuir para essa articulação ao

reunir informações sobre as características, potencialidades e necessidades dos estudantes, oferecendo subsídios para as decisões docentes. Deve ser compreendido como instrumento de orientação, aberto à reflexão e à revisão, e não como descrição definitiva das capacidades ou necessidades dos alunos.

Limites dos resultados e possibilidades de continuidade

A experiência possibilitou a elaboração e a entrega de itinerários pedagógicos individualizados, mas não foram apresentados dados sistemáticos que permitam mensurar seus efeitos na aprendizagem dos estudantes ou afirmar resultados de longo prazo. Assim, as contribuições discutidas dizem respeito às possibilidades do instrumento para subsidiar o planejamento e favorecer o compartilhamento de informações, sem que se possa afirmar sua eficácia generalizável.

Como possibilidade de continuidade, destaca-se a importância de acompanhar a utilização dos itinerários, registrar as estratégias planejadas pelos professores e considerar suas percepções sobre o instrumento. Esses procedimentos podem ampliar a compreensão sobre como as informações sistematizadas são incorporadas às decisões pedagógicas e como o planejamento pode ser revisto diante das necessidades observadas no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discutiu a construção de itinerários pedagógicos individualizados para estudantes com TEA, tomando como referência os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem. A experiência evidenciou a importância da observação do cotidiano escolar e da sistematização de informações sobre as potencialidades, dificuldades, preferências, formas de comunicação e necessidades de aprendizagem dos estudantes. A elaboração e a entrega dos itinerários aos professores regentes constituíram uma possibilidade de apoio ao planejamento docente e à organização de práticas pedagógicas mais acessíveis.

Nesse sentido, destaca-se a importância de fortalecer a articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e os professores da sala comum, por meio de ações planejadas e colaborativas. A atuação do AEE pode ir além do atendimento individualizado, contribuindo também para a construção de estratégias pedagógicas que considerem as características dos estudantes e as possíveis barreiras à aprendizagem. Nessa perspectiva, a articulação entre o DUA e os apoios individualizados pode ampliar as possibilidades de acesso, participação e expressão da aprendizagem, sem afastar os estudantes das experiências coletivas da turma.

Como limite, destaca-se a ausência de dados sistemáticos que permitam avaliar os efeitos dos itinerários na aprendizagem dos estudantes ou sua repercussão a longo prazo. Estudos futuros poderão acompanhar sua utilização e considerar as percepções dos professores, aprofundando a análise de suas contribuições para o planejamento inclusivo. Conclui-se que a construção de itinerários pedagógicos, fundamentada no DUA e associada ao trabalho colaborativo, pode favorecer práticas educativas mais atentas às diferenças e às possibilidades de aprendizagem de cada estudante.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Desenho Universal para a Aprendizagem; Pesquisa-ação; Práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Thayná Souto; SANTOS, Rodiney Marcelo Braga dos; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. Desenho universal para aprendizagem, autismo e inclusão escolar: uma revisão integrativa. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 1–26, 2026. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/.

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 361–380, 2020. DOI: https://doi.org/10.5965/1984317815022019361.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

CAST. CAST Universal Design for Learning Guidelines version 3.0. Lynnfield, MA: CAST, 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/. Acesso em: 28 out. 2026.

CORRÊA TELLES, Priscila Moreira; RIOS, Gabriela Alias; QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierres de. Desenho Universal para Aprendizagem: considerações sobre um curso de formação de professores. Revista Brasileira de Educação Especial, Dourados, v. 31, e0247, p. 1–18, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0247.

FONTANA, Felipe; ROSA, Marcos Paulo. Observação, questionário, entrevista e grupo focal. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (org.). Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. p. 178–206.

FONTENELE, Norbelina Vieira; SILVA, Antonia Ozenira da; RIBEIRO, Carla Adelany da Silva; MARTINS, Iolete de Fátima Oliveira; FREITAS, Simone Neves Queiroz de; MELO, Thiago Anchieta de; SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. Desenho universal para a aprendizagem e inclusão de alunos com TEA: fundamentos teóricos e possibilidades pedagógicas. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 1–22, 2026. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv23n1-208.

GONÇALVES, Emerson Nunes da Costa; COMPIANI, Mauricio. Pesquisa-ação: constructos formativos para o fazer docente. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira;

BATISTA, Michel Corci (org.). Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. p. 71–80.

PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; NUNES, Francisca Sueli Farias; GALERY, Augusto Dutra. Documentação do AEE na escola inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Organização: Francisca Geny Lustosa, Francisca Sueli Farias Nunes, Maria Simone da Silva. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. 66 p. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

SANTOS, Alissandra Carvalho; SANTOS, Fredson Barreto; SANTOS, Vinícius Barreto. Currículo para estudantes com transtorno do espectro autista de níveis 1 e 2 de suporte nas séries finais do ensino fundamental: perspectivas para uma educação verdadeiramente inclusiva. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Manuscrito acadêmico disponibilizado em PDF.

VARELLA, Lidiane Maria Pelais; VICTORIO, Sheila Cristina da Silva. Material didático adaptado para a aprendizagem de crianças com TEA. Revista E&S, 8 out. 2026. DOI: https://doi.org/10.22167/2675-6528-202603156. Disponível em: https://revistaes.com.br/artigos/material-didatico-adaptado-para-a-aprendizagem-de-criancas-com-tea. Acesso em: 28 out. 2026.